

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E ONZE

-----Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do Presidente da Mesa, Laurentino Dias, o Primeiro Secretário, Raul Cunha, e da Segunda Secretária – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Seguidamente foram anunciados os seguintes pedidos de suspensão de mandato: *por um período de trinta dias* – José Augusto Pereira Rodrigues, eleito pela Coligação “Juntos Por Fafe”; Olinda Joaquina Teixeira Alves, Isabel Maria Oliveira Rodrigues, Manuela Maria Nogueira do Vale Jordão, Carlos Rogério Oliveira Rodrigues, António Ribeiro Gonçalves, Alexandra Pereira Gonçalves e Carlos José Santos Cunha, eleitos pelo Partido Socialista (PS); Aníbal Oliveira Marinho Cruz e José Abílio Moura Azevedo, eleitos pela lista “Independentes Por Fafe” (IPF); *por um período de sessenta dias* – Luís Duarte Azevedo Lopes Costa Leite. -----

-----Por Amadeu Filipe Monteiro Martins Gonçalves, eleito pelos IPF, foi solicitada a sua substituição, pelo *período de vinte e seis de Setembro a nove de Outubro*. O Presidente da Mesa levantou a questão sobre os pedidos de substituição, afirmando que a Mesa iria analisar o assunto, sem, no entanto, parar a sessão, e logo que tivesse uma resposta transmitiria. -----

Comunicaram ainda a substituição: a *Presidente da Junta de Freguesia de Antime* pelo Secretário – José Manuel Freitas Nogueira; o *Presidente da Junta de Freguesia de Arnozela* pelo Secretário – Eduardo Lopes Mendes; o *Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras* pelo Tesoureiro – Joaquim de Barros Gonçalves, e a *Presidente da Junta de Freguesia de Regadas* pelo Secretário – Luís Filipe Monteiro Costa. -----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respectivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de sessenta e seis Membros. -----

-----Posteriormente, pelo **Presidente da Mesa** foi lido o expediente da Assembleia que ficou à disposição dos elementos da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

O **Presidente da Mesa** agradeceu o voto de louvor dirigido à sua pessoa, aprovado na sessão anterior, afirmando que, no exercício das suas funções como Secretário de Estado do Desporto e da Juventude, procurou servir o País e não deixar mal a si e à sua terra. -----

-----Na sequência da questão colocada por Miguel Summavielle sobre a substituição de Amadeu Martins Gonçalves, o **Presidente da Mesa** afirmou que aquela era uma matéria de funcionamento e que teria que ter o devido tratamento pela Mesa e logo que analisassem o assunto responderiam. -----

-----De seguida o **Primeiro Secretário** procedeu à leitura de uma proposta apresentada pelo CDS-PP sobre a constituição de uma Comissão Eventual, no seio da Assembleia Municipal, com a atribuição de acompanhamento do trabalho a realizar pela Câmara Municipal que iria originar na proposta do Novo Mapa de Freguesias do Concelho, a iniciar logo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal recebesse, do Governo, a aprovação ou versão final do respectivo documento. -----

-----Colocada a discussão, tomou a palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, para defender a posição do PS na última sessão, aquando da votação de uma proposta sobre o assunto em discussão na sessão anterior, afirmando que tinha estado bem porque nesse momento era de facto prematuro, não havia qualquer documento orientador. -----

-----Afirmou que, no presente momento e com o condicionalismo existente na proposta (*referindo-se concretamente à recepção, por parte da Assembleia Municipal, do documento final enviado pelo Governo*), o PS ia votar a favor. Afirmou, ainda, que o PS estava com toda a abertura na matéria em discussão e procuraria obter o máximo de consenso possível, num tema tão complexo. -----

-----De seguida, usou da palavra **José Manuel Baptista**, do PSD, para mencionar que o PSD se ia abster, por acharem que o assunto era demasiado importante e sério para ser debatido de uma forma tão redutora ao nível de uma comissão eventual, sendo da opinião que o assunto deveria ser debatido na Assembleia Municipal, onde deveriam estar presentes os Presidentes de Juntas de todo o concelho. -----

-----Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com três votos contra e nove abstenções.** -----

Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para responder à questão sobre o pedido de substituição de Amadeu Gonçalves, afirmando que, nos termos da actual legislação e do Regimento da Assembleia Municipal, a solução apresentada era permitida. Prestou, ainda, alguns esclarecimentos sobre o assunto e sugeriu que, em situações futuras e sempre que possível, fosse solicitada a substituição em vez da suspensão. -----

Nesses termos, o Membro que substituiu Amadeu Gonçalves tomou assento na Assembleia.-----

-----Seguidamente, pelo **Primeiro Secretário**, foi lida uma proposta, apresentada pela CDU, de recomendação à Câmara Municipal no sentido desta determinar que os estabelecimentos de restauração e outros do mesmo género, que não possuíssem sala de fumo, fossem obrigados a ter um recipiente (cinzeiro) à porta, onde os clientes pudessem deitar as pontas de cigarro. Era, ainda, proposto que a Câmara Municipal notificasse os estabelecimentos no sentido de que a medida entrasse em vigor em Janeiro de dois mil e doze. -----

-----Não havendo intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.** -----

De seguida o **Primeiro Secretário** procedeu à leitura do documento remetido pela lista “Independentes Por Fafe”, sobre a proposta intitulada de “Marcação antecipada das reuniões ordinárias”, onde era proposto que, na presente sessão, fosse marcada a data e hora antecipada da sessão da Assembleia Municipal para o mês de Dezembro do corrente ano, dando conhecimento imediato à Assembleia da sua decisão; que fosse efectuado, pela Mesa da Assembleia, o agendamento prévio de todas as reuniões ordinárias até ao final do mandato, devendo os serviços diligenciarem no sentido de divulgar a decisão junto de todos os grupos parlamentares. -----

Sobre o assunto, o **Presidente da Assembleia** explicou que não tinha agendado o assunto na ordem de trabalhos porque não era matéria da ordem de trabalhos mas de funcionamento da Mesa, logo incumbia à Mesa acolher ou não a presente proposta. -----

Mencionou que, verificando o histórico das Assembleias Municipais, as sessões eram realizadas quase sempre nas mesmas datas e que dependiam, algumas

vezes, da urgência que a Câmara tivesse na aprovação de alguma proposta de natureza indispensável para o Município. -----

Afirmou que o agendamento prévio das sessões não era exequível, mas se o pretendessem apresentaria, a título indicativo, uma data previsível. -----

Referiu que não podia marcar a reunião de Dezembro porque não tinha ordem de trabalhos. -----

Tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, para mencionar que discordava do entendimento do Presidente da Mesa. Afirmou que, nos termos do Regimento, depois de ter ordem de trabalhos e convocar todos os membros da assembleia, os deputados tinham direito de pedir que fossem adendados à ordem de trabalhos novos assuntos. Explicou que o documento em discussão tinha sido apresentado com a pretensão de um melhor funcionamento da Assembleia. -----

Mencionou que por não serem profissionais da política, o conhecimento prévio das datas das sessões ajudava no sentido de agendarem a sua vida em função dessas datas, afirmando que todo o concelho ficava a ganhar.-----

-----O **Presidente da Mesa** tomou a palavra para afirmar que sobre o assunto iria responder, por escrito, explicando sobre o motivo pelo qual o assunto não tinha sido incluído na agenda e o seu entendimento sobre o assunto. -----

-----Passou-se ao **Período de Intervenções**. Iniciou o período de intervenções **Arlindo Gil Gonçalves**, eleito pelo PS, para tecer comentários sobre o funcionamento do Hospital de Fafe e sobre a inexistência de responsáveis pelo hospital. Teceu, ainda, críticas ao funcionamento do serviço de ortopedia, solicitando a intervenção da Câmara no sentido de averiguar sobre o seu actual funcionamento. Criticou, ainda, o fornecimento de refeições do hospital.

Regozizou-se com a redução de incêndios ocorridos no concelho de Fafe durante o período do Verão. -----

Teceu comentários sobre o funcionamento do Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GNR-GIPS), afirmando que deveriam ser substituídos por bombeiros profissionais. -----

Sobre os meios aéreos existentes para o combate aos fogos florestais, mencionou que o serviço deveria ser executado pela força aérea. -----

Reportando-se à ambulância SIV existente em Fafe, mencionou que aqueles serviços deveriam ser aproveitados noutros locais, atendendo aos serviços

efectuados, que eram poucos, às despesas tidas com o funcionamento do serviço, isto, apesar do respeito que tem pelos profissionais envolvidos.

Terminou a sua intervenção propondo aos líderes dos respectivos Grupos Parlamentares que agendassem um jantar de Natal com todos os membros da Assembleia. -----

-----De seguida, interveio **José Manuel Baptista**, do Grupo do PSD, cuja intervenção incidiu sobre a Reforma Administrativa, discutida e assinada pelo PSD, CSD-PP e PS, que tinha sido uma exigência da TROIKA e estava plasmada no Memorando de Entendimento.-----

Afirmou que sobre o assunto pretendia obter esclarecimentos do Presidente da Câmara sobre a existência ou não de alguma proposta para contrapor à proposta do Governo relativamente ao rearranjo do território municipal.-----

Reafirmou que o debate sobre o assunto deveria ser efectuado na Assembleia e não apenas com uma comissão, salientando a importância dos Presidentes de Junta na participação no debate e na apresentação do assunto às populações sobre o que os esperava. -----

Teceu comentários sobre as alterações previstas com a reforma administrativa para o futuro, mencionando que gostaria de ouvir uma palavra do Presidente da Câmara sobre o assunto. -----

-----De seguida, tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, que começou por expor o assunto sobre a revisão do Plano Director Municipal (PDM), lembrando a proposta apresentada pelos IPF na sessão de Fevereiro, realçando a reacção do PS e PSD que tinha levado ao chumbo da proposta. -----

Fez uma resenha sobre a implementação do PDM, salientando que a legislação que enquadrava os instrumentos de planeamento indicava uma vida útil máxima de dez anos, prevendo que, passados esses anos, ficariam desactualizados colocando constrangimentos ao desenvolvimento do concelho. -----

Salientou que volvidos sete anos após o início do processo de revisão ao PDM a tarefa continuava por executar, mencionando que o atraso se traduzia em prejuízos efectivos para todos os fafenses, uma vez que o documento se encontrava manifestamente desactualizado, condicionando o desenvolvimento industrial do concelho, sufocando determinadas freguesias e condicionando o natural progresso do concelho.-----

Afirmou que tal atraso nunca tinha sido explicado pelo Presidente da Câmara, ainda que por várias vezes instado. -----

Nesses termos e, correndo o risco de perturbar a acção do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM, pedindo desculpa por tal, solicitou alguns esclarecimentos sobre o ponto de situação da revisão do documento, concretamente, se havia alguma previsão temporal para a colocação do documento em discussão pública e se o Presidente da Câmara estava em condições de assumir a previsão de uma data para a conclusão do processo de revisão. -----

Solicitou, também, esclarecimentos sobre que medidas orientadoras do plano estratégico para o concelho estavam a ser respeitadas em sede de revisão do PDM; qual a estratégia de desenvolvimento territorial a que estava subjacente a revisão; qual a classificação dos solos que estava a ser seguida; se estava salvaguardado o aumento do Parque da Cidade e de algumas das zonas industriais do concelho; se estavam previstos instrumentos de prevenção para a descaracterização de alguns povoados rurais do concelho que, nalguns casos, tinham sido selvaticamente intervencionados; se estava prevista a realização de planos de pormenor e urbanização para o desenvolvimento das áreas de crescimento da cidade, e qual a estratégia traçada para o desenvolvimento turístico do concelho; -----

Teceu, ainda, comentários sobre as Parcerias Público-Privadas e as Parcerias Públicas-Públicas. -----

Reportando-se às declarações do Governo sobre o assunto, concretamente sobre a suspensão das Parcerias Público-Privadas, voltou a reforçar a opinião dos IPF sobre o assunto e questionou o Presidente da Câmara sobre o assunto e se sobre o mesmo já tinha tomado uma posição definitiva. -----

Quanto às Parcerias Públicas-Públicas e sobre as anunciadas privatizações de empresas públicas, de entre elas as Águas de Portugal, afirmou que, a acontecer essas privatizações, a Parceria Pública-Pública entre o Município e as Águas de Portugal “morria” pela forma, extinguindo-se a forma expedita encontrada pelo Presidente da Câmara para executar a ampliação da rede de saneamento.

Lamentou que a demora na concretização da parceria tenha resultado na impossibilidade de se candidatarem, através das Águas de Portugal, a algumas obras aos fundos do QREN, o que iria permitir fazer mais obra com menos dinheiro.

Atendendo ao cenário previsto, questionou o Presidente da Câmara sobre a existência de alternativas; se ia avançar sozinho para a ampliação da rede pública de saneamento; se já estava a estudar uma forma alternativa de gestão colectiva dessa infra-estrutura, buscando as poupanças que sempre se conseguiam nessas circunstâncias. -----

Mencionou que a alternância democrática tinha colocado a nu a fragilidade das opções tomadas pelo Executivo no seu exercício de funções e, nesses termos, questionou o Presidente da Câmara sobre o ponto de situação das construções do novo Posto da GNR, do novo Hospital e da nova Escola Secundária. -----

Quanto à questão do Hospital, afirmou que era tarde demais uma vez que os serviços já tinham encerrado, questionando se não deveriam ter lutado pelo Hospital que tinham até ter a certeza da construção do novo. -----

Terminou, lamentando que, uma vez mais, os membros eleitos pelos IPF para a Assembleia de Freguesia de Queimadela não tenham sido convocados para a sessão da Assembleia de Freguesia realizada no dia anterior à presente sessão, questionando o PS como poderia sancionar esse tipo de comportamento em membros que exerciam funções em sua representação. -----

-----De seguida, interveio **Leonor Castro**, eleita pela CDU, para abordar o assunto relativo ao arranque do novo ano lectivo, referindo que entendia que sendo a Assembleia Municipal o órgão mais representativo do Município, era legítimo que os Munícipes não se interrogassem ou especulassem sobre as condições em que o ano lectivo no concelho de Fafe tinha arrancado. Referiu-se a questões várias que se prendiam como a qualidade dos estabelecimentos, a colocação de pessoal não docente e docente (*referindo-se aos professores colocados nas AEC*), questionando, também, sobre a situação da nova escola secundária de Fafe e sobre a medida de encaminhamento de todos os alunos de todos os quartos anos das escolas da cidade para a Escola Carlos Teixeira, nomeadamente, qual o motivo que tinha levado a tal medida. -----

Abordou a questão do Regulamento dos táxis e toda a problemática que envolvia os profissionais do ramo, lamentando a divisão da classe.-----

Centrando a sua intervenção naquilo que poderia ajudar a resolver algumas das questões e manifestando o entendimento de que a lei devia ser cumprida, apresentou algumas sugestões, concretamente, que a placa que assinalava o local

de embarque fosse recolocada e fossem assinalados os locais de estacionamento dos táxis nas respectivas praças de táxis, evitando o estacionamento em segunda fila. Alertou, ainda, para a necessidade de colocação de uma placa vertical com a indicação do número de táxis permitido em cada praça.-----

Terminou afirmando que, depois de tomadas as diligências indicadas, se os mal-entendidos continuassem, deveriam as autoridades actuar sobre quem prevaricasse.

-----De seguida, interveio **Adélio Costa**, do Grupo do PSD, que começou por responder a Miguel Summavielle, afirmando que o PSD não tinha qualquer tipo de compadrio com o PS na resolução de qualquer assunto, muito menos de um assunto tão importante como o PDM. -----

Concordou com a resolução do processo de revisão do PDM, no entanto não concordava com a forma utilizada pelos Membros eleitos pelos IPF, no sentido de se tornarem mais populares, desfocando daquilo que era mais essencial. -----

Comentou, ainda, a intervenção de Arlindo Gil e afirmou que o PSD conseguia que as pessoas falassem, mencionado, no entanto, que gostava de os ter ouvido quando o PS estava no Governo. -----

Afirmou, ainda, que se o responsável dos bombeiros fizesse chegar as propostas apresentadas ao Ministro da Tutela, ele tê-las-ia em consideração. -----

Questionou o Presidente da Câmara sobre o horário dos cafés, concretamente, sobre o que tinha originado a redução de horário de alguns cafés em Fafe, no sentido de perceber se a redução estava relacionada com a falta de condições no interior dos estabelecimentos ou com um problema de ordem pública. -----

Mencionou que, caso fosse um problema de ordem pública, se deveria efectuar um patrulhamento das ruas numa fase inicial, no sentido de dar aos estabelecimentos a oportunidade de poderem abrir. -----

-----De seguida, interveio **Simão Freitas**, eleito pelos IPF, fazendo uma análise dos resultados preliminares dos censos realizados no corrente ano. Comentou a perda da população no concelho de Fafe e manifestou a sua estranheza relativamente ao facto de não ter havido qualquer intervenção, quer por parte do Presidente da Câmara ou mesmo dos meios de comunicação. -----

Afirmou que não bastava culpar a emigração ou mesmo a conjectura económica que não era favorável e encolher os ombros. Mencionou que as pessoas emigravam porque em Fafe nada era efectuado no sentido de captar investimentos, afirmando

que era necessário fazer um trabalho sério. -----

Perante a situação perguntou ao Presidente da Câmara sobre o que tencionava fazer e quais as medidas que ia tentar implementar para contrariar a tendência de desertificação do concelho. -----

-----Posteriormente, tomou a palavra **José Ribeiro Cardoso**, do Grupo do CDS-PP, que começou por mencionar que os alguns dos pontos que pretendia discutir tinham sido explanados por Miguel Summavielle, concretamente, sobre o risco de “*cair por terra*” o Contrato com as Águas do Noroeste. -----

Nesses termos, solicitou alguns esclarecimentos ao Presidente da Câmara sobre a data prevista para o início das obras de beneficiação e reparação da Rua Combatentes da Grande Guerra, no sentido descendente, desde o Lar da Santa Casa à Ponte de Ranha. -----

Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre o relvado sintético para a Associação Desportiva de Fafe e se a Câmara já tinha desistido do novo Parque Municipal de Desportos.-----

Perguntou, também, sobre o eventual processo de licenciamento das obras de requalificação do “Royal Center”.-----

Questionou, também, sobre o motivo pelo qual a gastronomia fafense não tinha concorrido às “Sete Maravilhas da Gastronomia de Portugal” com o prato “Vitela à moda de Fafe”. -----

Por fim, perguntou se Câmara tinha dado seguimento às sugestões dos relatórios finais das Comissões Municipais de Turismo e da Agricultura. -----

-----Seguidamente interveio **Fernando Alves**, eleito pelos IPF, que iniciou a sua intervenção solicitando esclarecimentos sobre a transferência dos alunos do quarto ano do primeiro ciclo da Escola da Devesinha para a Escola Carlos Teixeira, demonstrando o seu desagrado, salientando o facto de haver salas de aulas instaladas em contentores iguais aos utilizados na construção civil.-----

Referiu que o investimento na educação era o melhor investimento para o bem do concelho, que era um investimento a longo prazo mas de retorno certo. Referiu, ainda, que uma aposta forte na educação era uma aposta forte no progresso do concelho.-----

Mencionou que o impasse sobre a construção da nova escola secundária estava a condicionar a política de educação do município, mencionando que para além de

não existir uma escola nova, há muito prometida, também não tinha havido intervenção que visasse a modernização das escolas de Fafe.-----

Afirmou, também, que ser político era tomar decisões e nesses termos solicitou ao Presidente da Câmara que se impusesse sobre o assunto da construção da nova escola secundária.-----

Deu exemplos de concelhos vizinhos que inauguraram centros escolares.-----

Terminou solicitando ao Presidente da Câmara, na qualidade de pai e encarregado de educação, que colocasse os alunos que estavam a ter aulas em contentores na Escola Carlos Teixeira em salas de aula de qualidade.-----

-----De seguida, interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Queimadela**, para responder a Miguel Summavielle, afirmando que em Queimadela existia democracia. Confirmou, ainda, que as convocatórias tinham sido enviadas por correio, questionando, ainda, como era possível os Membros eleitos pelos IPF não terem sido convocados e aparecerem à sessão da Assembleia de Freguesia. -----

-----Posteriormente, tomou a palavra **Filipe Antunes**, eleito pelos IPF, para comentar alguns assuntos abordados por Arlindo Gil, concretamente sobre a inexistência de responsáveis no Hospital assim como do serviço de ortopedia. Concordou, mas afirmou que as explicações deveriam ter sido solicitadas a quem de direito, nomeadamente, ao Presidente da Câmara, principal responsável pela situação exposta, ao líder da bancada do PS que defendeu a decisão tomada pela Câmara e aos colegas socialistas que sempre aprovaram a opinião da Câmara. -----

Afirmou que os IPF sempre demonstraram a sua preocupação pela situação do hospital, que estava cada vez pior, mas ninguém se tinha preocupado. -----

Quanto à ideia do jantar de Natal, afirmou que concordava, porém, provavelmente não iria acontecer porque o Presidente da Mesa não fazia marcações antecipadas e a dois dias não conseguia fazer marcação para todos. -----

-----De seguida, interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Fafe**, que iniciou a sua intervenção explicando o seu voto contra a proposta sobre a reforma administrativa. Informou que na hora em que decorria a presente sessão, estava a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) reunida para discutir as matrizes orientadores constantes do Livro Verde apresentado pelo Governo sobre as Juntas de Freguesia. -----

Mencionou, ainda, que a Assembleia podia não ter a informação correcta sobre o assunto. Teceu ainda alguns comentários sobre as medidas propostas, comentando, ainda, a reacção dos elementos da Troika perante a despesa total das Juntas de Freguesia no orçamento geral do Estado, que era mínima. -----

-----Seguidamente, interveio **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, que reportando-se ao assunto da Reforma Administrativa, afirmou que concordava com o Presidente da Junta de Freguesia de Fafe no referente à impossibilidade de se discutir um documento aberto, mencionando que tinha sido por isso que no início da sessão tinham proposto a inclusão de um parágrafo à proposta apresentada pelo Grupo do CDS, no qual ficava implícito que a comissão só se iria debruçar sobre um documento fechado. -----

De seguida e passados os cem dias de governação, fez um balanço da acção do Governo, mencionando que, na opinião do PS, era um balanço negativo. -----

Teceu críticas ao PSD pelas discrepâncias existentes entre as promessas proferidas na campanha eleitoral e as medidas tomadas após a tomada de posse. -----

Afirmou que o PS apoiava a concretização do memorando de entendimento, porém não podiam apoiar medidas que traziam sacrifícios inúteis para os portugueses, implementadas por um Governo que *“ia além da troika”*, motivado por questões ideológicas; um Governo radical deslumbrado com o mercado, quando tinha já demonstrado que sem regulação não se trazia prosperidade nem crescimento económico. -----

Afirmou que o Governo estava a aproveitar as condições difíceis para concretizar velhos sonhos da direita, como eram o ataque ao sistema nacional de saúde, à escola pública e à revisão laboral em curso. -----

Afirmou que era tempo para o Governo parar para pensar, ouvir os partidos da oposição, e a sociedade civil e não importar para o País teorias neoliberais que mais não faziam do que empobrecer a maioria dos portugueses. -----

Por fim, sobre as acusações do Grupo dos IPF relativamente à não convocação de Membros para Assembleia de Freguesia de Queimadela, salientou que, pela segunda vez, o Presidente da Junta de Freguesia desmentiu essas acusações.-----

-----Tomou, novamente a palavra **Miguel Summavielle** para, relativamente à Assembleia de Freguesia de Queimadela, mencionar que a correspondência devia ser enviada com antecedência, pedindo que o Presidente da Junta de Freguesia de

Queimadela apresentasse cópia dos avisos de recepção devidamente assinados pelos receptores das convocatórias. -----

Reportando-se à intervenção de Jorge Adélio Costa, mencionou que apenas tinha apresentado uma proposta para debater o assunto, no sentido de ficarem mais esclarecidos. -----

-----Voltou a intervir **Arlindo Gil** para salientar que tinha feito a sua intervenção na qualidade Membro da Assembleia e não de Bombeiro. -----

Quanto aos responsáveis do Hospital de Fafe, afirmou que a saída das chefias tinha sido recente e já com o actual Governo. Mencionou, ainda, que a administração do Centro Hospitalar do Alto Ave estava toda demissionária e que já deveria haver outra direcção, referindo que a falha era do actual Governo.-----

Afirmou, ainda, que não tinha proposto ao Presidente da Assembleia a marcação do convívio, mas a todos os líderes dos Grupos Partidários que constituíam a assembleia. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra o **Adélio Costa** para responder a Arlindo Gil, mencionando que não tinha confundido o papel de bombeiro com a de Membro da Assembleia Municipal, mas que apenas se tinha referido às suas palavras sobre as propostas dos Bombeiros, afirmando que deveriam ser remetidas às entidades competentes. Salientou que não era daqueles que politizava os Bombeiros. -----

Respondendo a Miguel Summavielle, fez uma resenha histórica, esclarecendo que, sobre o PDM, tinha sido efectuada a eleição de um Membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Acompanhamento para a revisão do PDM, na qual tinha sido eleito José Manuel Baptista do Grupo do PSD.-----

Lembrou, ainda, que posteriormente à eleição, os IPF apresentaram uma proposta para a criação de uma comissão para debater o assunto, afirmando que, aquando dessa apresentação, a proposta já estava “ferida de morte”, daí a votação contra do PSD. -----

Respondeu ao líder de bancada do PS, mencionando estar surpreendido com o seu poder de síntese na análise dos cem dias de governação do PSD em coligação com o CDS-PP, criticando as suas afirmações. -----

Afirmou que o PS tinha estado no Governo seis anos e a situação do País se devia à governação socialista. -----

-----De seguida, interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei**, Diamantino Lopes, que, na qualidade de Membro eleito pela Assembleia para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Fafe, se congratulou com a reeleição de Sílvia Soares para Presidente da Comissão. Deu ainda nota do trabalho desenvolvido pela comissão em colaboração com várias Entidades de Fafe. Saliou o bom trabalho desenvolvido pela comissão, referindo que, num projecto onde tinham estado presentes dezassete das duzentas comissões existentes no País, a comissão de Fafe esteve lá representada, sinal do seu bom trabalho. ----- Terminou afirmando que o bom trabalho da comissão tinha um rosto e que se devia ao trabalho, empenho e profissionalismo de Sílvia Soares.-----

-----De seguida, tomou a palavra **José Ribeiro Cardoso**, para demonstrar a sua surpresa relativamente ao texto do líder do Grupo do PS, afirmando que deveria preocupar-se mais com a vida autárquica do concelho. Afirmou que a cegueira partidária e ideológica não levava a lado nenhum. Mencionou que o Governo demonstrava muita coragem ao serviço de Portugal e que eram dois partidos que não tinham um passado tão triste como o do PS. -----

-----Voltou a intervir **Raul Rebelo** para afirmar que nunca tinha dito que a responsabilidade do estado do País era do PSD, mas que o PSD conhecia a situação do País. Criticou a atitude do PSD, concretamente, sobre o chumbo do Plano de Estabilidade e Crescimento número quatro (PEC IV), com base na argumentação de que era inadmissível aumentar os impostos; tinham prometido, na campanha eleitoral, que não iriam aumentar os impostos e, logo que tomaram posse no Governo, aumentaram brutalmente os impostos. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados: -----

- Sobre a Reforma Administrativa, mencionou que a Câmara não tinha nenhum estudo e não pensava fazer nenhum estudo. Mencionou que o que existia era um estudo do Governo, não havendo sequer uma linha orientadora do Governo relativamente ao assunto. Mencionou que acreditava que a competência de tomar alguma decisão sobre a matéria era da Assembleia Municipal, em altura própria. Afirmou que iria abordar o assunto com inteira abertura e na procura do maior consenso, mencionando que uma reforma desta natureza só fazia sentido sendo executada com o maior consenso possível. -----

- Quanto à revisão do PDM, afirmou que tinha muita vontade que se fizesse a revisão, mas que não estava preocupado. Afirmou que o PDM não tinha sido um entrave para o desenvolvimento do concelho. Salientou que era um processo muito moroso e burocrático. -----

Fez o ponto de situação do processo e afirmou que gostaria de colocar o processo a discussão pública, mas não podia comprometer-se com nenhuma data. Mencionou, ainda, que era o primeiro a lamentar os atrasos, porém que lhe eram alheios. -----

- Relativamente, às Parcerias Público-Privadas ou Públicas. Sobre as Privadas, explicou que tinham constituído a sociedade e estavam a iniciar a discussão sobre os projectos e calendarização dos projectos. -----

Afirmou que estavam com uma dificuldade de financiamento, entanto, mencionou que estavam a tentar consertar “*engenharias financeiras*” para fazer as obras prioritárias. -----

Lembrou a existência do Acordo Parassocial, que dava a possibilidade à Câmara de retirar projectos da parceria ou alterar as datas de execução. -----

Afirmou que se alguma dificuldade maior acontecesse a Câmara tomaria as necessárias decisões. Mencionou, ainda, que acreditava que tinham assegurado as garantias necessárias no sentido de que o processo corresse bem. -----

Quanto à parceria pública para a execução do saneamento, mencionou que havia uma intenção do Governo de privatizar as Águas de Portugal, encontrando-se a aguardar instruções. -----

Mencionou que se perspectivava que os municípios voltassem a candidatar-se a fundos comunitários para a execução de obras de água e saneamento. -----

- Sobre o quartel da GNR mencionou que a obra ia ser colocada a concurso, encontrando-se a ultimar os procedimentos. -----

- Quanto à Escola Secundária afirmou que nada se tinha alterado, informando que a obra estava em fase de adjudicação e, caso não houvesse ordens em contrário, iniciaria brevemente. -----

- Relativamente ao Hospital, afirmou que era do seu conhecimento que o calendário estava a ser cumprido e que o projecto se encontrava em conclusão, mas que iria reunir com as entidades competentes a fim de se inteirar sobre o assunto.-----

- Sobre o arranque do ano lectivo, mencionou que tinha acontecido com perfeita normalidade. Quanto aos alunos do quarto ano referiu que já estavam na Escola Carlos Teixeira há alguns anos e que este ano a escola da Devesinha optou, pela primeira vez, por encaminhar para essa escola os alunos do quarto ano. -----

Prestando alguns esclarecimentos sobre educação, mencionou que o concelho de Fafe foi dos primeiros a construir o primeiro Centro Educativo – o de Revelhe, que inauguraram o segundo - o de Regadas e que iam lançar o concurso do Centro de Montelongo. Referiu que ficava a faltar Centro Educativo Carlos Teixeira, que estava dependente da construção da nova Escola Secundária.

Afirmou que era uma injustiça não reconhecer o trabalho da Câmara na área da Educação, esclarecendo os valores de investimento nessa área. -----

Deu conta do problema na cidade, quer em termos de espaços quer pela espera da construção da secundária que condicionava a construção do Centro Educativo Carlos Teixeira. -----

- Sobre os táxis, afirmou que estavam a aplicar a postura aprovada pela Assembleia. Informou sobre as reuniões que teve com os taxistas e que tinha ficado de apresentar uma proposta no sentido de harmonizar os vários interesses. Afirmou que concordava com Leonor Castro sobre a existência de desentendimento de uma classe tão pequena. -----

- Relativamente aos horários dos cafés, afirmou que não tinha presente se a deliberação decorria de reclamações de barulho no interior ou no exterior dos estabelecimentos, salientando, no entanto, que resultavam de reclamações ou queixas e que tinham sido ouvidas as respectivas entidades. -----

Sobre os pedidos de prorrogação do horário que davam entrada nos serviços, mencionou que não podiam aprovar uma medida daquelas e logo na primeira semana de aplicação “choverem” pedidos de prorrogação do horário. -----

Afirmou que após o período decorrido, iriam rever a situação. -----

- Sobre os Censos, lamentou a perda de população, afirmando que tinha sido geral. Salientou o emprego como medida determinante na fixação da população, afirmando no entanto que nessa área estavam limitados. -----

- Quanto à Rua dos Combatentes, afirmou que era sua pretensão incluir a obra no ano que se seguia caso existisse verba para tal. -----

- Sobre o relvado sintético para a Associação Desportiva de Fafe, mencionou que o assunto estava agendado para a reunião seguinte do Executivo, logo, não se ia pronunciar. -----

- Relativamente ao Parque Municipal de Desportos mencionou que, de momento, não iria ser executado. -----

- Informou que nos serviços não tinha entrado qualquer proposta de reformulação do Royal Center. -----

- Afirmou que tinham concorrido ao concurso da gastronomia com a “Vitela à moda de Fafe”, porém não tinham sido apurados.-----

- Quanto aos relatórios de Agricultura e Turismo, informou que tinham sido remetidos ao conhecimento do Executivo e posteriormente reencaminhados para a Naturfafe no sentido desta apresentar propostas que pudessem ser apoiadas pela Câmara para serem executadas. -----

- Quanto ao Hospital, agradeceu os esclarecimentos prestados por Arlindo Gil, relativamente ao que se passava. -----

Afirmou que receava que a luta que tinham travado não tinha sido em vão, afirmando que iriam aguardar. -----

-----De seguida, usou da palavra **Miguel Summavielle**, para agradecer as respostas, lamentando, no entanto, que o Presidente da Câmara não tenha esclarecido sobre as Parcerias Público Privadas e que não tenha informado sobre “o limite” no caso de acontecer alguma coisa com elas. -----

Sobre o saneamento afirmou que mantinha o entendimento de que achavam a posição que o Presidente da Câmara tinha de esperar por uma decisão do Governo não era a mais adequada, atendendo aos cortes generalizados que estavam a ser efectuados e que provavelmente não iria haver verba para a realização das obras.---

-----Tomou a palavra **Filipe Antunes** para esclarecer que não tinha sido esclarecido por Arlindo Gil, uma vez que não tinha colocado nenhuma questão. Mencionou que apenas tinha referido que o Serviço de Ortopedia e a Direcção do Hospital tinham saído de Fafe. -----

-----Retomou a palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer sobre as parcerias, afirmando que o volume de obra das parcerias só era exequível com financiamento, caso contrário não se podia fazer. Mencionou que, no momento, ainda era cedo, afirmando, ainda, que para as obras prioritárias havia alternativa.-----

----- Entrou-se no período da Ordem do Dia - **Ponto Dois Ponto Um: *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal.***-----

-----Tomou a palavra **Leonor Castro** que, reportando-se à informação financeira, e tendo presente que se encontravam no último trimestre do ano e, ainda, relativamente ao previsto no orçamento, teceu comentários sobre o grau de execução das várias rubricas e questionou sobre o que deveriam os fafenses esperar quanto aos números finais de um orçamento que à data da sua apresentação, entre outras observações, sofreu a de ser pouco realista.-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer que os fafenses podiam esperar uma taxa de execução era semelhante à dos anos anteriores, na ordem dos setenta/oitenta por cento. Afirmou, ainda, que se o QREN pagasse tudo o que devia à Câmara teriam um aumento de receita de capital significativo, assim como se tivessem também os pagamentos da DREN. -----

Mencionou que comparativamente à informação anterior se podia verificar que mantinham uma situação de equilíbrio e informou que tinha havido uma diminuição da dívida. -----

Referiu que era preocupação do Executivo não desequilibrar as contas e que isso seria tido em conta até ao final do mandato. -----

Não havendo mais intervenções, passou-se ao **Ponto Dois Ponto Dois – *Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à desafecção de uma parcela de terreno sita no lugar da Pena, freguesia de Arões S. Romão***-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar o presente ponto em conformidade com os documentos distribuídos pelos Membros da Assembleia Municipal. -----

-----Tomou a palavra **Miguel Summavielle** para questionar sobre o exposto na cláusula terceira do documento distribuído relativo ao pagamento do valor total das obras, tendo sido imediatamente esclarecido pelo Presidente da Câmara, no sentido de que o valor já tinha sido pago. -----

Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovado, por unanimidade.** -----

Seguidamente, o Presidente da Mesa perguntou se alguém pretendia fazer alguma observação ou alteração à acta da sessão anterior. Não havendo alterações, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com duas abstenções.** -----

-----Posteriormente, foi dada a palavra ao público. Tomou a palavra Gisele Oliveira, em representação do grupo de estabelecimentos a quem tinha sido reduzido do horário para tecer comentários sobre a decisão tomada e afirmar que havia colegas do mesmo ramo que encerravam mais tarde. -----

Questionou, ainda, sobre o motivo da existência de diferentes horários para os vários estabelecimentos do mesmo ramo existentes na cidade. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que era o primeiro a lamentar a decisão tomada pela Câmara e afirmar que não seria a última decisão a tomar sobre o assunto e que a tomaria sempre que fosse necessário. afirmou que todos os processos poderiam ser consultados, informando que a Câmara tinha tido todo o cuidado na tomada da decisão. -----

Quanto aos alargamentos pontuais afirmou que eram autorizados sempre que não houvesse reclamações ou queixas na GNR. -----

Por fim procedeu-se à leitura da minuta da presente reunião. **Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.** -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram zero horas e trinta minutos. -----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.-----